

RESENHA

Livro: Bioethics: an anthology
Editores: Udo Schüklenk e Peter Singer
Editora: Willey-Blackwell
Ano: 2022

Por: *Gabriel Garmendia da Trindade*¹

É certamente difícil (para não dizer questionável) designar uma publicação acadêmico-científica como o “texto definitivo” sobre um determinado assunto – especialmente em se tratando de um campo de investigação tão diversificado e fluido quanto a bioética. Sempre existe a possibilidade de surgirem estudos posteriores ainda mais abrangentes, atualizados e penetrantes. Dito isso, se há um momento em que alguém poderia ser legitimamente tentado a considerar uma obra como merecedora desse epítome, talvez seja após mergulhar nas quase mil páginas que compõem a mais recente edição de *Bioethics: an anthology* (doravante, ‘BAA’), organizada por Udo Schüklenk e Peter Singer (2022).

Antes de mais nada, é essencial ressaltar que esta quarta edição de BAA mantém a tradição de excelência editorial presente em suas outras versões (publicadas em 1999, 2006 e 2015, respectivamente). Pesquisadores que se encontram familiarizados com encarnações prévias de BAA, todavia, talvez estranhem de imediato a falta de um nome consagrado entre os seus editores – Helga Kuhse. Tal ausência é devidamente explicada na formidável introdução ao volume redigida por Schüklenk e Singer – os leitores são prontamente informados que Kuhse se aposentou de suas funções acadêmicas e optou por não participar da preparação do novo manuscrito. Mesmo sem a presença de Kuhse, os editores remanescentes realizaram um trabalho admirável na revisão e organização dos noventa e oito ensaios que dão forma a esta quarta edição de BAA. De fato, tamanhos foram os esforços editoriais realizados por Schüklenk e Singer que talvez seja preferível favorecer a leitura e problematização das versões dos ensaios relançados na antologia a que em seus respectivos formatos originais. Tal sugestão decorre dos numerosos erros e imprecisões textuais

¹ Professor de Filosofia no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS, campus Ibirubá). E-mail: garmendia_gabriel@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7140-991X>.

presentes nas versões originais de diversos dos escritos selecionados para republicação, os quais foram habilmente identificados e corrigidos por Schüklenk e Singer nesta obra. Esse é um dos grandes atrativos da nova edição de BAA.

No que concerne ao volume propriamente dito, este se encontra organizado em onze partes (I-XI). A Parte I é dedicada ao problema moral do aborto. Ela é composta primeiramente de textos referenciais de pensadores celebrados, tais como Judith Thomson, Michael Tooley e Don Marquis. Já a Parte II versa sobre questões relacionadas à reprodução humana. Essa, por sua vez, divide-se em dois outros conjuntos de tópicos específicos: (P-II-1) reprodução assistida e (P-II-2) triagem pré-natal, seleção de sexo reprodutiva e clonagem. P-II-1 investiga, entre outros conteúdos, os interesses e direitos de indivíduos em potencial, o complicado caso dos sétiplos de McCaughey e o preconceito que ainda impera quando técnicas como o desenvolvimento de gametas artificiais são empregadas na reprodução assistida de casais do mesmo sexo. P-II-2 versa sobre riscos reprodutivos e o dever parental de assegurar a saúde dos filhos, a objetificação de embriões usados para doação de tecidos e o contestado parecer do Comitê de Ética da Sociedade Americana de Medicina Reprodutiva acerca da questão da seleção de sexo e o procedimento de diagnóstico genético pré-implantacional.

A Parte III examina o problema moral da manipulação genética. São destrinchadas temáticas tais como a diferença entre ‘terapia genética’ e ‘aprimoramento genético’, transumanismo e dignidade pós-humana, as possíveis implicações da edição da linha germinativa humana, intervenções genéticas e objeções baseadas no perigo de perspectivas de cunho eugenista. Contando com quase cento e cinquenta páginas, a Parte IV – reservada para a miríade de questões éticas atinentes à morte – é a segunda mais longa da antologia e se encontra dividida em seis seções.

A P-IV-1 possui apenas dois capítulos: um de autoria de Jonathan Glover, sobre a santidade da vida, e outro, produzido pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, acerca da moralidade da eutanásia. A P-IV-2 problematiza a controvérsia presente nos atos de matar e deixar morrer. Aqui os colaboradores se debruçam sobre tópicos provocantes, tais como: eutanásia ativa e passiva, ações e omissões, perspectivas ético-filosóficas clássicas acerca do ato de matar e o conceito de inocência, as possibilidades e os limites do emprego de ficções morais na seara da ética médica. A P-IV-3, por sua vez, comenta a eternamente melindrosa

temática da eutanásia (e aborto pós-parto) de recém-nascidos que demonstram deficiências graves. Entre outros assuntos, o papel dos pais na tomada de decisão em prol dos filhos, bem como as respectivas responsabilidades e funções de juntas médicas e tribunais quando deparados com cenários complexos – e.g., o caso Charlie Gard – são igualmente avaliados.

A P-IV-4 averigua a multiplicidade de problemas filosóficos que emerge da labiríntica noção de morte cerebral. Os quatro capítulos que integram essa seção foram desenvolvidos, respectivamente, por Peter Singer, Jeff McMahan, o Comitê Ad Hoc da Faculdade de Medicina de Harvard e o Conselho Presidencial de Bioética – esse último estabelecido e ativo durante o governo do ex-presidente norte-americano George W. Bush. Percorrendo meras vinte páginas, a P-IV-5 é a seção mais curta da antologia, sendo dedicada exclusivamente à apreciação do pensamento de Ronald Dworkin acerca da demência e seus desafios.

Em continuidade, a P-IV-6 dissecar a densa problemática da eutanásia voluntária e do suicídio medicamente assistido. O capítulo inicial dessa seção expressa, talvez como nenhum outro, o quão desoladoras podem ser as provações enfrentadas pelos indivíduos envolvidos nos cenários reais discutidos por bioeticistas. Intitulado ‘A nota’, o capítulo trata da comovente carta de despedida deixada por Chris Hill, um jovem que decidiu tirar a sua própria vida após sofrer um acidente que paralisou uma porção significativa de seu corpo. Os demais capítulos da P-IV-6 exploram o peso das intuições morais nos debates concernentes à eutanásia e práticas relacionadas, os dilemas éticos oriundos da depressão refratária e a viabilidade do acesso à morte medicamente assistida a pacientes que padecem de outras doenças incuráveis graves.

A Parte V lida com as complexidades morais da alocação e distribuição de recursos da área de saúde. Mais precisamente, são problematizadas questões tais como o peso moral das vidas de jovens e idosos e a prioridade de acesso a itens e a bens escassos – e.g., ventiladores durante a pandemia de SARS-CoV-2 para infectados –, assim como a possibilidade de transplantes de órgãos em cenários eticamente tortuosos – e.g., a elegibilidade de indivíduos acometidos por doença hepática terminal associada ao consumo de álcool para transplantes de fígado. A Parte VI segue uma esteira similar à anterior e investiga o tema da doação e obtenção de órgãos – o que abrange reflexões sobre a compra e venda de órgãos, a adoção de legislações baseadas em consentimento presumido para

mitigar a escassez de órgãos para transplante, bem como a preocupante realidade do uso de pessoas economicamente vulneráveis como fornecedores de órgãos para membros de classes mais abastadas.

A Parte VII é dedicada à constelação de problemas advenientes da pesquisa e experimentação científica. Nesse sentido, a P-VII-1 examina o caso da experimentação biomédica com seres humanos. Essa primeira seção inicia com o influente Relatório Belmont, elaborado pela Comissão Nacional para a Proteção de Seres Humanos em Pesquisas Biomédicas e Comportamentais, acerca dos diferentes princípios éticos que deveriam reger essa categoria de experimentação. A seguir, pode-se encontrar a famosa reflexão desenvolvida por John Harris sobre o dever moral de participação em pesquisas clínicas com base na obrigação paralela de ajudar indivíduos em necessidade, assim como uma resposta pormenorizada aos argumentos articulados pelo bioeticista inglês. A seção é complementada com elucubrações adicionais referentes à imoralidade da adoção de testes biomédicos envolvendo protocolos e padrões clínicos menos rígidos e à importância do emprego de princípios e normativas ético-científicos que sejam sensíveis às realidades e aos valores de pacientes de culturas e regiões distintas – quando estudos e tratamentos forem conduzidos nessas localidades – além dos diversos labirintos morais resultantes de estudos clínicos de alto risco – e.g., testes de eficácia de potenciais vacinas em voluntários informados.

A P-VII-2 coloca a moralidade da experimentação não-humana sob escrutínio. Os dois primeiros capítulos dessa seção são simples excertos de ensaios clássicos em que a consideração moral dos membros de outras espécies é averiguada. Um deles foi extraído das páginas de *Lições de Ética*, em que Immanuel Kant ruma sobre a questão da crueldade, sentimentos morais e os deveres indiretos para com os animais não-humanos. A outra passagem que compõe esse seguimento trata da famigerada nota de rodapé presente em *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, na qual Jeremy Bentham discorre brevemente acerca da urgência moral de reconhecer e minimizar o sofrimento dos demais animais. Após essa rápida recapitulação histórico-filosófica, discute-se, a partir de perspectivas recentes e atualizadas, os prós e contras de experimentos biomédicos com não-humanos, bem como a defensabilidade ética de tal atividade para além de seus benefícios ou malefícios práticos.

Na sequência, a P-VII-3 lança luz sobre a sempre polêmica relação entre pesquisa científica e liberdade acadêmica – mais especificamente: existiriam tópicos que jamais deveriam ser alvo de investigação acadêmico-científica? Esta seção novamente apresenta um fragmento textual clássico – dessa vez uma pontualíssima digressão de John Stuart Mill acerca da liberdade de pensamento e expressão. Os dois outros capítulos que compõem essa seção exploram argumentos favoráveis e contrários à proibição legal de pesquisas que possam violar o direito humano à igualdade. Um dos capítulos declara que estudos os quais almejam determinar, por exemplo, se haveriam diferenças nas capacidades cognitivas de pessoas brancas e negras e/ou de homens e mulheres deveriam ser banidos em decorrência do preocupante dano que poderia vir a ser infligido sobre integrantes de grupos historicamente marginalizados. Contra essa tese, James R. Flynn sugere que a real consequência da imposição de sanções acadêmico-científicas sobre pesquisadores que buscam descobrir, por exemplo, se ambiente ou diferenças genéticas afetariam de alguma maneira as habilidades intelectuais de indivíduos de raças distintas seria o atrasamento da obtenção de informações cruciais à compreensão adequada e ao combate efetivo das causas da desigualdade social.

A Parte VIII desenreda um conjunto de questões relacionadas à saúde pública. Discutem-se tópicos tais como os parâmetros éticos aplicáveis no combate a doenças infecciosas, os dilemas morais derivados do aparecimento de tuberculose extremamente resistente (XDR-TB) e tuberculose multirresistente (MDR-TB) na África do Sul, bem como a relevância de distinguir entre uma ética clínica focada no paciente e uma abordagem ética direcionada à população em geral – essa última temática é pensada sob a ótica da pandemia de SARS-CoV-2. Também são apreciados aqui possíveis pareceres utilitaristas e contratualistas acerca do dever moral de se vacinar, além de uma reflexão adicional sobre as chamadas ‘doenças associadas ao estilo de vida’ (e.g., obesidade) à luz da realidade socioeconômica de seus portadores.

Estendendo-se por mais de cento e cinquenta páginas, a Parte IX é a mais longa da antologia. Ela é reservada à discussão de questões éticas relativas à prática médica e se encontra dividida em quatro segmentos. A P-IX-1 analisa em que circunstâncias os profissionais da saúde estariam moralmente autorizados a se recusarem a oferecer tratamento médico. Primeiramente, debate-se se a falta de equipamentos de proteção individual, aliada

à enorme probabilidade de contágio e morte, seria capaz de estabelecer uma justificativa moral razoável para a decisão de médicos e enfermeiros que se negaram a atender pacientes infectados durante a pandemia de SARS-CoV-2. Subsequentemente, explora-se o direito à objeção de consciência do paciente, o seu peso moral em distintos cenários e contextos, assim como seus efeitos sobre a conduta ética esperada dos profissionais da saúde.

Os dois capítulos que compõem a P-IX-2 averiguam o tema da confidencialidade entre médicos e pacientes. O primeiro esquadriha os alicerces ético-filosóficos por detrás do princípio da confidencialidade médica. Isso é feito tendo em mente tanto a autonomia quanto a privacidade do paciente, bem como a percepção da confidencialidade enquanto elemento essencial para a consecução de um tratamento informado e efetivo. O capítulo seguinte considera o princípio da confidencialidade a partir do entendimento da relação médico/paciente como sendo fundamentalmente baseada em confiança. É especulado que, quando médicos violam o princípio em pauta (até mesmo em certos cenários nos quais tal violação poderia ser vista como justificada), a confiança pública na profissão médica acaba sendo severamente prejudicada – de modo que a manutenção e a proteção do princípio da confidencialidade revelam-se como indispensáveis para a prática médica.

Estariam os médicos moralmente justificados a mentir para seus pacientes? Esta é a pergunta que norteia os três capítulos que compõem a P-IX-3. O primeiro desses capítulos é constituído a partir de um excerto do influente e eternamente controverso ensaio ‘*Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*’, de autoria de Immanuel Kant. O capítulo seguinte, ‘*Os médicos deveriam dizer a verdade?*’, penejado pelo neurologista norte-americano Joseph Collins, em 1927, é considerado como sendo outro manuscrito historicamente relevante para a problematização do tópico em voga. Diferentemente de Kant, que toma a mentira como sendo uma grave violação moral, Collins sustenta que muitos pacientes prefeririam não ser informados da real situação em que se encontram, de modo que os profissionais da saúde os protegeriam de um mal maior ao não lhes fornecer tais informações. O capítulo final desta seção pondera sobre a existência de uma possível distinção moral entre ‘mentir’ e ‘esconder a verdade’, e a maneira em que tais ações repercutem na relação mantida entre médicos e pacientes.

A seguir, P-IX-4 elabora acerca da ideia de consentimento informado, sua história, aplicações e limitações. A seção inicia com outro fragmento extraído de *Sobre a Liberdade*,

de J. S. Mill. Em seguida, pode-se encontrar o capítulo mais curto da antologia inteira (com menos de cem palavras) – trata-se da decisão emitida pelo juiz norte-americano Benjamin N. Cardozo, em 1914, no caso *Schloendorff v. Society of New York Hospital*, a qual diz respeito à autonomia de um paciente para aceitar ou declinar tratamento médico. Após isso, investiga-se as múltiplas condições necessárias para a obtenção de consentimento informado e questiona-se se a terminologia utilizada na construção das determinações tradicionalmente estipuladas é robusta o bastante a ponto de resistir a uma inspeção mais aprofundada. Defende-se aqui também os conceitos de autonomia do paciente e consentimento informado contra objeções baseadas na ideia de relativismo cultural. Outra questão perscrutada diz respeito à autonomia de crianças transgênero e o uso de bloqueadores de puberdade reversíveis – mais precisamente, sob o jugo de quem fica a decisão de iniciar esses tratamentos: dos pais/responsáveis ou das próprias crianças? Os dois últimos capítulos desta seção discutem o inquietante caso dos chamados “amputados por escolha”, bem como a distinção entre ‘desejos racionais’ e ‘desejos irracionais’ à luz da ideia de consentimento informado.

A Parte X lida com o tema das deficiências. Os dois primeiros capítulos deste segmento da obra examinam o que exatamente seria uma deficiência e se deficiências poderiam ser encaradas como meras diferenças quando tomadas em relação às chamadas ‘pessoas típicas’. Mais especificamente, poder-se-ia considerar uma deficiência como algo ruim? Se não se trata de algo negativo, poder-se-ia dizer que alguém que fez com que outro indivíduo perdesse, por exemplo, a fala ou a visão permanentemente agiu de modo moralmente problemático? Após isso, os três capítulos restantes da P-X esmiúçam o tópico do diagnóstico pré-natal de deficiências, bem como da moralidade do aborto seletivo de fetos com síndrome de Down.

A Parte XI versa sobre o instigante campo da neuroética. Schüklenk e Singer fazem questão de salientar que, embora possa ser compreendida de outras maneiras, a neuroética é pensada aqui enquanto ‘ética da neurociência’ – i.e., a ética da utilização de descobertas neurocientíficas no tratamento de questões humanas. A razão por detrás da adoção desse entendimento em particular de neuroética é a de que ele se enquadra perfeitamente dentro da grande seara da bioética. Feito esse esclarecimento, é fascinante notar o quão surpreendentemente dinâmico e amplo pode ser o emprego dos estudos de neuroética para a

bioética. Isso pode ser afirmado tendo em vista a curiosa e estimulante seleção de textos que compõem este segmento da antologia. Os capítulos aqui abordam temáticas tais como o desenvolvimento de fármacos capazes de auxiliar na manutenção de relacionamentos amorosos de longa data, a ‘medicalização do amor’, e se profissionais da área da saúde teriam uma obrigação moral de se envolver mais profundamente no tratamento de indivíduos que padecem em decorrência de desilusões românticas e/ou angústias emocionais relacionadas. Debate-se também o uso de novos medicamentos no combate ao Alzheimer e seus efeitos sobre a capacidade de tomada de decisão autônoma dos pacientes que os utilizam, além de outros aspectos do conflito entre autenticidade, qualidade de vida e autonomia do paciente, bem como os possíveis impactos de neurotecnologias futuras para a mente humana como um todo.

Uma vez elencados os conteúdos de BAA, podemos agora apreciar o manuscrito criticamente. Tal apreciação almeja a problematização do compêndio como um todo e não a análise individual de seus capítulos. Optar pela avaliação criteriosa de cada um dos noventa e oito capítulos que compõem BAA demandaria muito mais espaço do que o alocado para a presente resenha. Pior ainda, tal abordagem dificilmente seria capaz de nos ajudar a dimensionar adequadamente a importância e contribuições de BAA para o campo da bioética. Nesse sentido, buscar-se-á pensar aqui o volume em sua totalidade. Em vista disso, dois grandes pontos de problematização nortearão as observações a serem realizadas, a saber: escolhas editoriais feitas nesta quarta edição de BAA e sugestões para possíveis edições futuras, construídas à luz dos desafios hodiernamente enfrentados pela bioética global. Começemos, então, pelas decisões criativas tomadas por Schüklenk e Singer na composição da atual versão de BAA.

Conforme explicam os editores na introdução da antologia, os textos escolhidos para constituir o volume foram selecionados sobretudo com base em seu rigor argumentativo e/ou na significância histórica para a bioética. Em outras palavras, trata-se de ensaios que contam com uma sólida fundamentação filosófico-científica, os quais auxiliaram no estabelecimento e/ou avanço do campo de investigação moral hoje conhecido como bioética. Tendo isso em mente, fixemo-nos por ora no fator ‘relevância histórica’. O que poderíamos dizer sobre esse aspecto em especial? Um possível ângulo a ser explorado aqui concerne a se alguns dos textos elegidos realmente satisfazem à condição estipulada. Produções textuais muito recentes não

se enquadram nessa categoria, por isso podemos deixá-las de lado. Em vez disso, tomemos como foco de apreciação os excertos de tratados de filosofia moral clássicos que visam incrementar diversas seções da obra. Consideremos, por exemplo, os fragmentos dos escritos de Kant e Bentham que fazem parte do segmento dedicado à experimentação com animais não-humanos.

Em sua respectiva passagem, Kant argumenta que animais não-humanos carecem de racionalidade e dignidade, de modo que quaisquer deveres morais que possamos ter para com eles são apenas indiretos. Ou seja, não devemos maltratar um gato não por que estaríamos causando mal ao bichano, mas sim porque poderíamos estar prejudicando o seu dono – um ser racional, portador de dignidade e o único alvo possível de deveres morais diretos. Por sua vez, Bentham sustenta que o peso outorgado a características tais como racionalidade ou linguagem na distinção entre seres moralmente relevantes e seres que estão fora do reino das nossas obrigações morais é simplesmente desmedido. O que realmente importa, do ponto de vista moral, é a capacidade de sofrer, e nisso os demais animais são nossos semelhantes. Por essa razão, deveríamos fazer o que estiver ao nosso alcance para reduzir o seu sofrimento.

É inegável o papel central tanto da noção de dignidade humana quanto da ideia de mitigação de sofrimento na bioética contemporânea. Entretanto, podemos mesmo afirmar que os excertos listados são historicamente relevantes para a área em pauta? Em realidade, a adoção da tese dos deveres morais indiretos para com os animais não-humanos é bastante rara entre pensadores contemporâneos e não era amplamente aceita nem mesmo nos tempos de Kant, sendo alvo de inesgotáveis ataques e repúdio por séculos. As ponderações de Bentham acerca da redução do sofrimento não-humano, por seu turno, foram bem recebidas em sua época, e até mesmo influenciaram a criação de algumas das primeiras leis de bem-estar animal. No entanto, foram necessários quase duzentos anos até que Singer desconstruísse e reformulasse a proposta utilitarista de Bentham em uma vigorosa defesa da igual consideração moral de animais não-humanos. Até então, a nota de rodapé na qual tal reflexão foi inicialmente desenvolvida era tida como uma simples curiosidade histórico-filosófica. Considerando tudo isso, a inclusão dos excertos em voga parece ser pouco justificada. Sua substituição por outras produções textuais mais pertinentes para o tema da experimentação não-humana certamente poderia vir a enriquecer e fortalecer esse segmento em particular de BAA ainda mais. Um raciocínio semelhante talvez possa ser empregado na

apreciação da significância histórica dos demais ensaios clássicos incorporados ao compêndio.

Deixemos de lado a questão do que poderia ser removido de BAA para nos concentrarmos agora no que deveria ser incluído no volume. Antes de mais nada, vale a pena destacar que enumerar aquilo que falta em uma obra é uma tarefa delicada. Após concluirmos a leitura de uma publicação como BAA, é comum sentirmos que este ou aquele conteúdo deveria ter sido contemplado. O fato é que, vez ou outra, certas temáticas acabam ficando de fora de um volume até mesmo por razões alheias aos próprios organizadores do manuscrito. Porém, a sua simples adição teria sido capaz de transformar e aprimorar o texto significativamente. É a partir deste entendimento que as próximas observações serão construídas – Quais conteúdos, caso inseridos, poderiam vir a engrandecer BAA como um todo?

Uma temática abordada apenas tangencialmente ao longo de determinados capítulos da antologia – mas não explorada em específico – é a questão da bioética global. Nas últimas duas décadas, uma boa porção da literatura de área tem sido destinada à investigação bioética em um mundo globalizado. A pandemia de SARS-CoV-2, por exemplo, é um doloroso lembrete de que muitos dos desafios atualmente enfrentados por bioeticistas não se encontram restritos a realidades locais ou regionais e precisam ser pensados sob uma ótica integrada e multinacionalizada. O fato é que esta quarta edição de BAA, infelizmente, carece de um segmento dedicado à reflexão da bioética global. A inclusão de um conjunto de ensaios sobre esse assunto não apenas proporcionaria uma perspectiva sob a qual os demais capítulos da obra poderiam ser examinados, mas também encaminharia BAA em direção ao estado da arte.

Outro importante tópico que ficou de fora da presente versão de BAA é a relação entre a bioética e inteligências artificiais. A questão da utilização ética, responsável e compassiva dos diferentes tipos de inteligências artificiais que estão emergindo no cenário global é um dos maiores focos de problematização filosófica da atualidade. Não somente os desafios morais impostos pelo desenvolvimento de novas inteligências artificiais têm sido amplamente debatidos, mas também as múltiplas maneiras em que essas tecnologias podem auxiliar na investigação bioética – e.g., análise de informações, estabelecimento de sistemas de apoio para a realização de tomadas de decisão ética mais justas e eficazes, detecção e

combate de vieses e preconceitos em juízos morais, recomendações médicas personalizadas, fortalecimento da privacidade de pacientes e do princípio da confidencialidade etc. Trata-se de uma temática incrivelmente relevante, a qual necessita ser perquirida em uma possível quinta edição de BAA.

Atentando para a questão do futuro da antologia, talvez possamos finalizar a presente resenha em um tom levemente especulativo. Muito recentemente, Peter Singer lecionou sua última aula na Universidade de Princeton. Embora o australiano siga ocupando a posição de *Ira W. DeCamp Professor of Bioethics* na instituição, é difícil dizer se uma possível futura quinta edição de BAA contará com o nome de Singer entre seus editores. Ademais, tendo em vista o considerável espaço de tempo existente entre o lançamento das diferentes edições da antologia, talvez tenhamos que esperar um pouco até uma nova encarnação de BAA. Agora, especulações à parte, o que temos de verdadeiramente sólido à nossa frente é o fato incontestável de que a quarta edição de BAA apresenta-se como um manuscrito formidável; um compêndio riquíssimo no qual cursos inteiros de bioética e tópicos relacionados poderão ser fundamentados por anos a fio.

Referências

SCHÜKLENK, Udo; SINGER, Peter (eds.) **Bioethics: an anthology**. 4ª ed. Hoboken: Willey-Blackwell, 2022.

Recebido em: 29/04/2024
Aprovado em: 08/07/2024